



## MPF estende prazo para que OAB se manifeste sobre advocacia pro bono

O prazo para que o conselho da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, além do conselho federal da entidade, se manifeste sobre a advocacia *pro bono* foi novamente estendido. O pedido de esclarecimento foi feito por ofício do Ministério Público Federal de São Paulo, ainda em sete de março, mas a espera pela resposta já se alonga por mais de dois meses. A OAB-SP já havia se pronunciado pelo menos 20 vezes contra o atendimento gratuito a advogados.

A solicitação inicial foi feita pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Jefferson Aparecido Dias, após audiência pública sobre o assunto na sede do MPF em São Paulo, que não teve a presença de nenhum representante da OAB.

O Ministério Público Federal recomendou aos presidentes da entidade que sejam adotadas as providências legais para reformulação das normas da Resolução *Pro Bono*, de agosto de 2002, em favor das pessoas físicas que não podem custear os honorários advocatícios.

O documento, junto de cópia audiovisual com a íntegra do encontro, foi encaminhado ao presidente do Conselho Federal da Ordem e ao presidente da OAB-SP, Marcos da Costa. O prazo para que a entidade se manifestasse era de 20 dias a partir da data de recebimento do material, mas membros do conselho estadual da Ordem reclamaram da qualidade do vídeo e disseram que a matéria seria de competência do Conselho Federal da OAB.

Por causa da queixa, o MPF reencaminhou novo ofício em 12 de abril. O documento foi assinado pelo novo procurador regional dos Direitos do Cidadão, Pedro Antônio de Oliveira Machado, que substituiu Jefferson Aparecido Dias, com nova cópia audiovisual e *link* do vídeo no site Youtube. De acordo com a assessoria de imprensa do MPF, os problemas processuais e o reenvio do material exigiram mudança no prazo para a OAB.

O relator da discussão sobre a advocacia *pro bono* na OAB é o conselheiro federal Luiz Flávio Borges D'Urso, ex-presidente da OAB-SP, mas ainda não está prevista a apreciação da pauta. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Instituto Pro Bono.*

### Date Created

06/05/2013